

GLOBALIZAÇÃO E ESTADO NACIONAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ary Ramos da SILVA JÚNIOR¹

Resumo: As transformações em curso na sociedade no mundo inteiro e a integração dos mercados estão alterando significativamente o papel dos Estados Nacionais, enfraquecendo seus poderes e deixando um vazio crescente no cenário internacional.

Palavras chave: Globalização; Estados-nacionais; soberania; integração; neoliberalismo.

A soberania dos Estados Nacionais estaria ameaçada pelas crescentes dificuldades econômicas desses países. Os meios de comunicação de massa veiculam freqüentemente diagnósticos da "morte" do Estado Nação. A partir dessa perspectiva não há mais sentido falar em projetos nacionais que objetivassem desenvolvimento com autonomia nacional, pois todos estes projetos fracassaram no atual século.

Segundo os neoliberais, a crise atual dos Estados Nacionais nada mais é do que a vitória cabal do mercado auto-regulador. A hegemonia neoliberal² ganhou força com Thatcher (Inglaterra), Reagan (E.U.A.) e Miterrand (França), todos adotaram políticas privilegiando os mercados.

¹ Economista, Mestre em Sociologia pela UNESP/Araraquara. Docente da FCEA – CEP. 16015-280 – Araçatuba (SP)

² É importante termos bastante claro que o país pioneiro na implantação de políticas neoliberais foi o Chile no período do general Pinochet, 1973-1990. Neste período muitas mudanças estruturais sofreu a economia chilena, privatizações, desregulamentações e abertura econômica, medidas estas conduzidas por economistas oriundos da Universidade de Chicago, os chamados Chicago Boys

Pela ótica neoliberal caberia ao Estado garantir a estabilidade dos preços e do câmbio, desregulamentação dos mercados e privatização de empresas públicas, todas estas medidas levaria a economia a aumentar sua competitividade. Do ponto de vista econômico podemos elencar vários processos concomitantes e interligados que caracterizam a globalização, um deles é a formação de *oligopólios transnacionais* em setores importantes. Alguns setores, tais como o automobilístico e o farmacêutico cresceram enormemente nos anos 70 e 80, com fusões, incorporações e associações. Recentemente o mercado automobilístico sofreu um grande abalo em decorrência da compra da Chrysler pela Daimler-Benz.

TABELA 1: Participação percentual de empresas transnacionais na indústria de transformações, países selecionados.

<i>Países</i>	<i>Produção</i>	<i>Emprego</i>
Brasil	32.0	23.0
Argentina	29.4	18.9
México	27.0	21.0
França	27.8	19.0
Estados Unidos	11.5	7.3

Fonte UNCTAD

A tabela acima mostra o peso das empresas transnacionais em alguns países selecionados, no tocante a produção e emprego, o que lhes garante grande poder de barganha com os Estados Nacionais dos respectivos países, contribuindo assim para o enfraquecimento dos Estados, ainda mais quando se trata de países em desenvolvimento.

O relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED)³ explicita que o número de empresas transnacionais, que era de 7000 em 1970, passou para 37000 em 1992. Elas possuem um terço dos ativos produtivos mundiais e US\$ 2 trilhões investidos no exterior, cujas vendas se elevam a US\$ 5,5 trilhões. São cifras colossais que não explicitam a grande concentração do capital, já que 90% das corporações transnacionais tem suas sedes nos países do Hemisfério Norte, sendo mais de 50% em quatro países: Estados Unidos, Japão, Reino Unido e França. Apenas 1% dentre elas possui a metade dos ativos e as 100 maiores controlavam, em 1990, 14% dos investimentos estrangeiros, concentrando dois terços em 10 países. A concentração de capital das empresas transnacionais ocorrem também setorialmente, pois 50% dos ativos no exterior se situa em quatro ramos: petrolífero, automobilístico, químico e produtos farmacêuticos. Neles não estão sendo considerados os bancos e os seguros.

Segundo Alcoforado, “a cada dia que passa, aumenta-se o poder das empresas transnacionais, acentuando-se o declínio dos Estados-Nações e são ameaçados os direitos dos povos. A própria ONU chega a admitir que as políticas governamentais devem se subordinar às políticas das empresas transnacionais. Não é por puro acaso que, no Brasil, estão ocorrendo às privatizações das empresas estatais, a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro e a tentativa de rever a constituição em todos aqueles pontos que interessam às corporações transnacionais. O futuro de nações como o Brasil é sombrio diante da perspectiva de ficarmos caudatários dos interesses das grandes corporações transnacionais” (1997).

Formação de mercados de capital, de câmbio e de títulos de valores globais. Estes mercados foram constituídos a partir da criação do euromercado

³ Nesta conferência, a CNUCED expôs muito claramente a sua filosofia alinhada aos interesses dos países dominantes, idéia que ficou clara quando diz: “As empresas transnacionais são por natureza os agentes que organizam a produção transnacional e criam novos parâmetros para os governos”. Em outras palavras, o relatório admite que os estados-nações devem se tornar caudatários das corporações transnacionais.

de dólares no final dos anos 60 e da recente desregulamentação do sistema bancário norte americano, ocorrido particularmente no governo Reagan⁴. Este imenso mercado internacional de capitais cresce numa velocidade jamais vista, pois em 1992 o total de emissão de títulos internacionais (públicos e privados) era de US\$ 610 bilhões, passando para US\$ 819 bilhões em 1993, US\$ 968 bilhões em 1994, US\$ 1,248 trilhão em 1995 e US\$ 1,572 trilhão em 1996, ou seja, em quatro anos o valor das emissões de títulos internacionais cresceu 2,5 vezes⁵. Os dados sobre globalização financeira são estarrecedores, pois as trocas comerciais de ações no mercado dos Estados Unidos somaram US\$ 5,5 trilhões, em 1995; sendo que neste mesmo ano as companhias americanas emitiram apenas US\$ 166 bilhões em novos papéis.

Diante de todo este movimento no mercado internacional de capital, não seria difícil a ocorrência de crises como esta que toma conta do mundo atualmente, que se iniciou nos “robustos” tigres asiáticos (Coreia do Sul, Hong-Kong, Indonésia, Tailândia, etc...), e depois atingiu a Rússia⁶ e os países latino-americanos⁷.

Com a formação do mercado mundial unificado, a globalização econômica mundial abre novas frentes de expansão da acumulação, estimulando a integração econômica e financeira. Este processo passa a ser conhecido como regionalização, sendo considerada por muitos estudiosos como uma necessidade da própria globalização, ainda que seja simultaneamente um movimento de integração de Es-

⁴ Objetivando atrair capitais para reverter a fragilização do dólar e a difícil situação dos déficits fiscais e de balanço de pagamentos dos Estados Unidos.

⁵ Dados extraídos *Financial Market Trends (OCDE)*, retirados da Revista Rumos do Desenvolvimento.

⁶ A crise afetou a economia russa de uma forma fulminante, derrubando ministros, caos produtivo, escassez de mercadorias, tudo isso culminando na moratória russa, medida esta que espalhou a instabilidade aos investidores internacionais, e estes para diminuir suas perdas, “fugiram” para evitar um desastre maior.

⁷ Dentre os países latino-americanos destacamos o México e a Venezuela, que perderam grandes receitas com a queda nos preços do petróleo no mercado externo; o Chile se fragilizou devido a queda nas vendas de seu principal produto, o cobre, pois os países asiáticos, seus maiores compradores diminuíram suas compras devido a crise; a Argentina caracteriza-se por indicadores econômicos saudáveis, tais como

tados-nações. Esta integração, não deve ser encarada como um obstáculo à globalização, mas como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional; assim sendo, teríamos na regionalização uma solução natural para os impasses e as aflições do nacionalismo, haja visto que o regionalismo situa-se precisamente no contraponto nacionalismo e globalismo. Dentre os blocos econômicos mais importantes destacamos o Mercado Comum Europeu, o NAFTA, o Mercosul e ASEAN.

A nova divisão internacional do trabalho, que segundo Ianni, “envolve a redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo. Em lugar de concentração da indústria, centros financeiros, organizações de comércio, agências de publicidades e mídia impressa e eletrônica nos países dominantes, verifica-se a redistribuição dessas e outras atividades por diferentes países e continentes.” O fordismo⁸, como padrão de organização do trabalho e produção dominante nas últimas décadas no mundo, perde terreno ou é substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade.

As inovações tecnológicas (informática, robótica, biotecnologia, etc...) vem diminuindo de uma forma brutal as distâncias, devido ao avanço dos transportes e das telecomunicações, a difusão da rede mundial de computadores, a Internet. A tecnologia trouxe inúmeros benefícios ao processo produtivo, como redução nos custos, aumento da produtividade e da qualidade dos produtos. Portanto, segundo

reservas de US\$ 25 bilhões, déficit público controlado, taxas de juros de 6,5% ao ano, porém a economia argentina apresenta grande dependência com relação à economia brasileira, e esta como sabemos se mostrou bastante vulnerável diante da crise internacional.

⁸ Conjunto de métodos para a racionalização da produção elaborada pelo industrial Henry Ford, baseada no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a um produto, para tanto, caracteriza-se pela verticalização da produção, produção em massa, alta tecnologia, mão de obra especializada, boa remuneração e não ter jornadas de trabalho muito elevadas.

Castells. "o atual processo de mudança tecnológica caracteriza-se, como toda a gente sabe, pelo fato de representar uma nova forma de produção, baseada na informação e no conhecimento como as fontes mais importantes da produtividade" (1992).

Podemos entender a globalização também como tendência à internacionalização do capitalismo, que ganhou força após a segunda guerra, a partir da expansão das grandes empresas norte-americanas em escala global, e uma resposta das grandes empresas, dos grandes bancos e de governos à grave crise iniciada nos anos 70. Diante da crise, o capital busca novos espaços, mais amplos e desregulamentados para acumulação; uma reestruturação e reorganização da produção, caracterizada pela utilização intensiva de novas tecnologias, flexibilidade produtiva, redução da força de trabalho, etc...

Grandes grupos transnacionais dominam o mundo, setores como o automobilístico, o farmacêutico, o aeronáutico, telecomunicações e de informática se encontram nas "mãos" de poucas empresas. Estes grupos transnacionais não possuem nacionalidade. Seus interesses estão espalhados pelo mundo e a partir daí que são estabelecidas políticas de vendas, de pesquisa, de planejamento e investimentos globais. Para avaliarmos a importância das empresas transnacionais na atualidade, basta saber que, somadas, as vendas das 200 maiores empresas mundiais equivalem a mais de 25% da atividade econômica do planeta. Outro indicador: entre as cem maiores economias do mundo, mais da metade é constituída por empresas, e não por países. O faturamento da General Motors (GM), por exemplo, é superior ao PIB da Dinamarca; o da Ford, maior que o PIB da África do Sul; e o da Toyota, superior ao PIB da Noruega (RAMONET, 1998).

Outro pilar crucial para a compreensão da globalização é a questão financeira. Este mercado global movimentava trilhões de dólares em títulos, ações, operações cambiais e empréstimos. O sistema financeiro mundial tomou suas formas atuais na década de 70, depois da crise mundial, quando os governos nacionais

adotaram medidas financeiras, como o abandono da conversibilidade dólar-ouro em 1971. Isso gerou uma expansão mundial nas transações financeiras, e as empresas não financeiras passaram a atuar como “Bancos”, o que dificultou enormemente o controle estatal neste momento, pois as políticas monetárias e creditícias do Banco Central perderam toda sua força.

Esta movimentação financeira só foi possível devido aos avanços tecnológicos nas telecomunicações e na informática, setor conhecido como telemática, que possibilitou a interligação em tempo real de praticamente todos os mercados financeiros do mundo, gerando uma desterritorialização do capital.

Para visualizarmos melhor a situação do capitalismo internacional, percebemos a existência de uma relação incompatível entre o volume de transações financeiras (acima de US\$ 1 trilhão por dia) e o que é negociado no comércio mundial de bens e serviços (US\$ 20 trilhões, a cada 365 dias); com isso percebemos a discrepância que existe entre o mundo real e o mundo financeiro. (ALCOFORADO, 1997)

O comércio internacional apresentou um incremento muito grande nas últimas décadas, sendo com isto, um dos alicerces do processo de globalização da economia. Segundo a OMC (Organização Mundial do Comércio), os investimentos estrangeiros diretos em todo o mundo eram de US\$ 25 bilhões em 1973; em 1985, alcançaram US\$ 60 bilhões; e, em 1995, atingiram US\$ 315 bilhões. Ou seja, cresceram 2,4 vezes entre 1973 e 1985 e 5,25 vezes entre 1985 e 1995. Quanto ao comércio internacional, o valor das transações foi de US\$ 557 bilhões em 1973, atingindo US\$ 4,9 trilhões em 1995, um crescimento de oito vezes no período. (ALCOFORADO, 1997)

Surgiram blocos comerciais e mercados comuns como NAFTA, Mercosul, comunidade européia entre outros, numa busca constante de espaços maiores para acumulação de capital. Estes blocos evidenciam um movimento conhecido como

regionalização, que para muitos é um processo antagônico às teses neoliberais de liberalismo econômico.

Dentre os grandes blocos econômicos destacamos a Comunidade Europeia, criada em 1957⁹ com a assinatura do Tratado de Roma. Inicialmente criado como uma forma de se contrapor ao poderio norte americano alcançado com o fim da segunda guerra mundial e como forma de aumentar seus mercados¹⁰. Depois de décadas de acordos, estudos e negociações entre as nações europeias, outros países foram admitidos, tais como: Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Portugal, Reino Unido e Suécia, totalizando os atuais 15 países membros¹¹. O bloco europeu conta com três organizações que arbitram o processo de integração. São elas: Comissão Europeia, o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu¹². Com o Tratado de Maastricht, aprovado em dezembro de 1991, consolida-se a União Europeia, que entrou em vigor em novembro de 1993, composto de dois tratados, o da União Política e da União Monetária¹³ e Econômica.

A União Europeia é o principal exemplo de regionalização, por isso vamos salientar algumas características bastante nítidas da perda de soberania e enfraquecimento dos Estados Nacionais: o primeiro é a ascensão das idéias neoliberais e a globalização da economia, pois diminuem a capacidade de intervenção do período

⁹ O Tratado de Roma foi assinado em 1957 por seis países: França, Itália, República Federal da Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

¹⁰ A Comunidade Econômica Europeia foi vista também como uma forma de reduzir os riscos de uma nova guerra entre os estados europeus, haja visto, que as duas grandes guerras mundiais foram realizadas no velho continente.

¹¹ Algumas nações estão na lista dos próximos países a aderirem ao Mercado Comum Europeu: Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca e Romênia.

¹² A Comissão Europeia é responsável pelo cumprimento dos tratados firmados pelos países-membros. Composto por 15 comissários e chefiada por uma espécie de primeiro-ministro, a comissão opina sobre os acordos e implementa as decisões do Conselho de Ministros. Este conselho e o órgão legislativo da organização coordena as políticas econômicas gerais das nações participantes. É formado pelos chanceleres dos países-membros, que a cada seis meses se revezam em sua presidência. O Parlamento Europeu delibera sobre todas as decisões a serem tomadas pela União Europeia e fiscaliza sua execução orçamentária.

¹³ Previsto para entrar em vigor em 1999, com a criação de uma moeda única, a Euro, inicialmente apenas usada nas transações bancárias, e em 2002, para circulação total em transações gerais.

keynesiano. O segundo fator a se destacar é a transferência de poderes e de competência as instituições européias, ficando os Estados submetidos a números crescentes de normas. Em terceiro lugar temos a tendência a descentralização que prevaleceu nos anos 70 e 80 em vários países europeus, com exceção da Grã-Bretanha. (D'ARCY, 1998)

Embora o bloco europeu esteja bastante avançado, temos outros em estado embrionário, tais como o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) e o NAFTA (North American Free Trade Agreement).

O Mercosul, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai foi criado em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, sua meta é criar uma comunidade econômica entre os quatro países para facilitar e incrementar o comércio entre eles, com a eliminação progressiva das barreiras alfandegárias entre o Brasil e a Argentina (um ano a mais para os outros dois países) e uma tarifa externa comum (TEC) contra os demais países.

Já o NAFTA¹⁴ é composto por Estados Unidos, Canadá e México, sendo uma ampliação do acordo de livre comércio firmado em 1989 entre os EUA e o Canadá, agora incluindo o México¹⁵. O Nafta é um bloco gigantesco, agrega 400 milhões de habitantes e uma economia de aproximadamente 7 trilhões de dólares. O acordo entrou em vigor em janeiro de 1994, prevendo a eliminação de tarifas alfandegárias entre os três países em 15 anos, embora 50 das barreiras existentes se devessem eliminar logo no início daquele ano.

É importante acrescentar que estão em curso negociações para a

¹⁴ O bloco norte americano foi para muitos uma resposta ao Tratado de Maastricht de integração européia.

¹⁵ Para atenuar efeitos negativos, como o desemprego, criaram-se organismos complementares como o Banco Norte Americano de Desenvolvimento, para emprestar recursos para regiões e ou atividades que viessem a sofrer crises originadas pelo acordo.

¹⁶ País vítima de embargo econômico pelos Estados Unidos, acusado de violação dos direitos humanos e totalitarismo.

concretização do bloco econômico das América, o chamado ALCA, acordo envolvendo todos os países da América, com exceção de Cuba¹⁶.

Estes movimentos e tendências mundiais são amplamente regulados pelos Estados ou por organismos mundiais. Os Estados nacionais, que para os neoliberais deveriam ficar fora da economia, atuam como parceiros, em muitos casos, dos interesses locais, regionais e mundiais, estabelecendo quotas de importações, barreiras sanitárias e fitossanitárias¹⁷ são alguns instrumentos utilizados pelos estados para proteger suas economias da concorrência externa.

Todos estes processos citados anteriormente (empresas transnacionais, mercado financeiro e comércio internacional), contribuem para a diminuição do poder dos Estados nacionais. Os EUA são um exemplo da perda de características de economia nacional. Entre meados dos anos 70 e o final da década de 80, a participação do capital externo na propriedade de ativos norte-americanos cresceu 200%, sendo que 10% do setor manufatureiro e 20% do setor financeiro eram de propriedade estrangeira em 1987.

Em economias subdesenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento, temos como exemplo a recente perda de autonomia, as políticas de estabilização ancoradas no dólar. Veja o caso do Brasil (Plano Real), da Argentina (Plano de Convertibilidade) e do México; estes países atrelaram suas moedas ao dólar, uma característica nítida de países debilitados para o controle de suas economias.

Outro exemplo claro da perda de autonomia dos Estados nacionais é o grande fluxo de capitais especulativos, que devido ao montante tão excessivo, tem conseguido condicionar até as políticas dos países ricos; o que aconteceria com a economia dos EUA, maior economia do mundo, se os japoneses, seus credores oficiais, decidis-

¹⁷ Forma utilizada por países desenvolvidos para impedir a entrada de produtos de países em desenvolvimento, objeto de inúmeras queixas destes últimos países a OMC (Organização Mundial do Comércio), órgão responsável pela fiscalização do comércio mundial.

sem num período de crise vender os títulos do tesouro americano? Diante deste perigo real para a economia norte americana, o governo Clinton foi obrigado a prestar ajuda aos japoneses para evitar uma crise de proporções maiores¹⁸.

Os fluxos líquidos de capitais podem abalar qualquer economia mundial, desestabilizar seus mercados cambiais e monetários, o que inviabilizaria o valor dos investimentos e o livre fluxo de mercadorias e serviços.

Como o assunto é a perda de poder dos Estados nacionais, não podemos deixar de citar a crise fiscal dos Estados, um dos fatores determinantes do renascimento das cinzas do neoliberalismo. A crise fiscal aparece como uma incapacidade do Estado de arcar com os gastos decorrentes da universalização dos serviços públicos (saúde, assistência previdenciária, educação, segurança, etc...); a crise fiscal decorre também dos constantes subsídios e isenções fiscais que o estado incorreu durante muitos anos, o que contribui para “mergulhá-lo” nesta imensa crise financeira. Não devemos esquecer ainda, que os Estados latino-americanos sempre foram utilizados por suas elites como instrumentos para a “socialização” dos prejuízos, e grande parte da crise deste se deu pelo acúmulo crescente de dívidas oriundas do setor privado.

Nogueira Batista acredita que a discussão sobre globalização está sendo conduzida de uma forma restrita, pois o discurso sobre o tema é sempre o mesmo: falência do Estado Nacional, internacionalização da economia, globalização financeira, etc...

Diante destes temas Nogueira Batista foge das visões convencionais, pois segundo ele, com relação ao comércio internacional: “um fato pouco conhecido e surpreendente é que a participação do comércio exterior na produção mundial só recuperou o nível de 1913 nos anos 70”. Quando analisamos os países desenvolvi-

¹⁸ Ajuda oficial no valor de US\$ 2 bilhões, realizada em junho de 1998 para evitar que a crise asiática se espalhasse pela economia americana, o que traria na contrapartida uma crise de proporções mundiais.

dos, a relação entre as exportações de mercadorias e o PIB era de 12,9% em 1912-14, caiu para 6,2% em 1937-39 e foi se recuperando gradativamente depois da II guerra. Em 1991-93, a participação das exportações de bens no PIB era de 14,3%, um número apenas um pouco maior do que a de 1912-14 (1997).

Com relação a globalização financeira, Nogueira Batista destaca os grandes giros financeiros internacionais de capitais, que segundo este autor, foram conseqüências da liberalização dos mercados ocorridas a partir dos anos 80. Ele enfatiza que o fluxo saltou de “US\$ 186 bilhões em 1986 para US\$ 1,19 trilhão em 1995”. Porém, a maioria das aplicações são domésticas, o que mostra uma tendência dos investimentos ao mercado interno¹⁹.

Quando o assunto é a soberania e a autonomia dos Estados nacionais, o discurso dominante é que estes não têm mais poderes, e por isso devem ser relegados a instrumentos do setor privado. Nogueira Batista outra vez foge desta linha de pensamento, pois para ele, a chamada “globalização” ou mundialização da sociedade internacional, leva sim a uma perda nas margens de manobra deste Estados nacionais. No entanto, isso ocorre de uma forma bastante diferente entre os países, “os Estados Nacionais, sobretudo nos países melhor sucedidos, pois não estão indefesos diante de processos econômicos “globais” incontroláveis ou irresistíveis. Ao contrário do que sugere o fatalismo associado à ideologia da globalização, o desempenho das economias e o raio de manobra dos governos continuam a depender crucialmente das escolhas nacionais” (1997).

Diante deste cenário, temos um Estado com poucos instrumentos de intervenção social e econômica de um lado, e de outro, uma forte crise social caracterizada pelo desemprego maciço, miséria (segundo dados da ONU, temos hoje no mundo mais de 2 bilhões de indivíduos em completa miserabilidade), fome, violên-

¹⁹ Segundo dados de 1993 do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos US\$ 3,6 trilhões administrados pelos fundos de pensão norte americanos, só 5,7% foram investidos no exterior, o que reforça a tese de Nogueira Batista de que os investidores privilegiam o mercado interno.

cia e barbárie. Temos hoje regiões/continentes como é o caso da África, Ásia e alguns países da América Latina que foram deixados de lado do processo, entregues a sua própria sorte, o que representa o caos completo da sociedade.

Neste ambiente de brutal descontrole social, temos alguns setores capitalistas clamando por uma nova regulamentação, talvez prevendo uma crise pior do que a ocorrida nos anos 30, que só foi contornada com a presença do Estado como estimulador do desenvolvimento econômico. Nas crises das bolsas de 1987 e 1989, o *débacle* foi evitado pela ação coerente dos bancos centrais, ou seja, duas grandes crises que só foram contornadas com a intervenção do Estado.

Enfim, com os processos em cursos, o Estado tende a perder suas principais prerrogativas, tais como o controle das políticas econômicas e o controle sobre o espaço geográfico. Porém, mas a ação coerente dos Estados Nacionais pode aproveitar as brechas e oportunidades abertas pela globalização, trazendo benefícios concretos para suas populações.

A globalização da economia em curso na sociedade mundial nos coloca inúmeras indagações. Dentre elas, uma das mais relevantes é a questão dos Estados nacionais. Vitimados pela crescente força dos mercados, os estados estariam enfraquecidos e sem forças para intervir na economia. Seu enfraquecimento se deu devido ao crescimento das empresas transnacionais, que com seu poderio acumulado consegue influenciar a agenda econômica e política em muitos países, principalmente nos mais frágeis e dependentes; outro ponto essencial foi o desenvolvimento dos mercados de capitais, que movimentam trilhões de dólares diariamente e podem levar constrangimentos a qualquer país. A formação de blocos econômicos, como a Comunidade Européia, diminui a soberania dos Estados membros, o que enfraquece seus governos na adoção de políticas públicas em seus territórios. Diante destes inúmeros problemas, o que nos preocupa seria qual instituição vai assumir o papel que cabe ao Estado? Será que o mercado, local que prima pela competição e pela busca do lucro seria um substituto a altura? Todas estas perguntas

ficam sem uma resposta clara neste momento, porém acreditar que o mercado será responsável pelo fim de muitas das mazelas sociais que vitimam a sociedade mundial nos dias atuais seria algo bastante utópico e irreal.

SILVA JÚNIOR, A.R. Globalization and national state: some considerations. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.3, n.3, p.8-21 mar. 2001.

Abstract: The current transformations in the society all over the world and the market integration have been significantly changing the role of the National States, weakening their power and leaving a growing gap in the international scenery.

Keywords: Globalization; national states; sovereignty; integration; neoliberalism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, F. **Globalização**. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

CASTELLS, M. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho, **Espaço & Debate**, nº 17, 1992.

CORSI, F. L. A globalização e a crise dos Estados nacionais. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; Resende, P. (org). **Desafios da globalização** Petrópolis: Vozes, 1997.

D'ARCY, F. **Transformações dos estados europeus e construção europeia. (mimeografado) 1998.**

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR, P O circuito de giz da "globalização" **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo. n.49, nov. 1997

RAMONET, I. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: vozes, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Sellers, 1994.